

VAMOS PRESERVAR A NOSSA DOCUMENTAÇÃO?

MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE

do Setor de Documentação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A consciência de que a documentação administrativa, cartorial, paroquial, educacional, literária e pessoal é importante para a reconstrução histórica e o planejamento de atividades oficiais e particulares do futuro é tão tênue que dificilmente encontram-se arquivos particulares de família com escrituras, hipotecas ou mesmo cartas e contas de mais de uma geração. O fogo parece exercer uma atração irresistível sobre a documentação nacional. O que se observa, através de inúmeros testemunhos, é uma necessidade urgente de “espaço livre”, de esquecer, de se desfazer de papéis aparentemente inúteis ou incômodos, além de uma tendência contraditória de acumular indefinidamente uma papelada oficial sobre cada passo que o indivíduo quiser dar na vida e dificuldade de manter registros pessoais permanentes, tanto através de diários, como de correspondência de caráter mais pessoal. No caso de documentação econômica, o receio de sanções fiscais leva firmas e empresas a ocultar a documentação e a destruí-la depois de algum tempo. Até no caso da documentação musical ocorre essa necessidade indiscriminada de se desfazer do passado. Existem períodos condenados pelo gosto atual, arquivos mortos pelo desinteresse de descendentes sem pendor artístico e atiram-se fora músicas consideradas arbitrariamente como sem interesse.

Não é para menos que a primeira academia, fundada em 1724 para a preservação de documentos, tenha sido chamada de Academia dos Esquecidos e tenha encerrado suas atividades no ano seguinte.

O esforço de recuperar a “memória nacional” (no belo título do livro de Franklin de Oliveira, de 1967) vem sendo feito através de alguns canais e instituições, cujo trabalho frequentemente passa despercebido do público, por se tratar de pequenas e monótonas tarefas

a longo prazo, de contactos pessoais ocasionais ou sistemáticos com indivíduos e instituições, da restauração de documentação deteriorada pelo descaso, pelo tempo, por bactérias ou fungos, de catalogação e indexação sistemática de documentos muitas vezes de decifração difícil, de microfilmagem e revisão de microfilmes nem sempre aproveitáveis, da análise de material fotográfico e cinematográfico realizado com técnicas diferentes das atuais, do intercâmbio de informação entre arquivos, universidades, professores e curiosos.

Os testemunhos de um acontecimento, quando reiteram ou contradizem outros testemunhos contemporâneos, além de permitir a análise do que houve, criam condições de compreensão e atuação sobre o que está ocorrendo na atualidade. Todavia, neste país, esta noção parece ser dificilmente assimilável, pelo menos até o momento em que se percebeu que a documentação não queimada começava a ser cobijada por historiadores e universidades estrangeiras.

Convenhamos que esta tendência a menosprezar o testemunho pessoal, a documentação de família ou das firmas pode originar-se de uma humildade compreensível: — para que é que isto vai servir? Que interesse um estranho poderia ter por assuntos tão nossos? A verdade é que uma coleção de documentos pode ser fonte de conhecimento da vida contemporânea, reconstituição de uma época e compreensão de crenças, hábitos e padrões sociais vigentes.

Até a leitura de diários e memórias permite a reconstituição da vida de um setor da população, em determinado momento. Mas já entre os inconfidentes de Minas, — uma pleiade de intelectuais — houve intenção de queimar todos os cartórios para iniciar uma vida nova, como de fato o fizeram, em alguns lugares, determinados revolucionários de 1930 e como ocorreu, durante o Estado Novo no Ministério de Educação e Saude, com os arquivos de estabelecimentos de ensino extintos.

Quando os documentos não foram queimados ou extraviados, dispersam-se ou não estão devidamente classificados. Preciosos testemunhos e documentos contemporâneos são também negligenciados por uma tendência de alguns estudiosos e amadores de que o contemporâneo não apresenta interesse.

Diante de todos estes problemas, que deram origem a algumas instituições de importância para a preservação da documentação nacional, é que se destacou o *II Simpósio de História do Vale do Paraíba*, realizado em Guaratinguetá, entre 22 e 28 de julho de 1974, centralizado no tema de “O desbravamento e o povoamento do Vale do Paraíba — Período Colonial”.

Afora as conferências de especialistas e um acolhimento efusivo da coordenação do Simpósio, ele possibilitou o contacto e a colaboração do Setor de Documentação do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo com o Museu Frei Galvão de Guaratinguetá e com o Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional, empenhado atualmente num grande projeto de reconstrução da Fazenda do Pau d'Alho, — uma das primeiras fazendas de monocultura de café do Estado de São Paulo. A documentação sobre o café e a vida na região está sendo microfilmada por um estagiário do Setor de Documentação, a quem foram cedidos microfimes e a máquina para realizar o trabalho, que terminará por transformar a senzala da fazenda no Museu Nacional do Café. A presença do diretor do Arquivo Nacional demonstrou sua disposição de colaborar no projeto de reconstrução, através dos acervos documentais de que dispõe sobre máquinas e patentes de beneficiamento do café. A possibilidade de ligar os professores de História do Vale ao Arquivo Público do Estado e ao Setor de Documentação do Departamento de História da Universidade de São Paulo permitirá preservar uma documentação manuscrita e impressa, que corre perigo de extravio e deterioração, por más condições de armazenamento.

Todos esses resultados positivos do Simpósio só poderão vir a público a longo prazo, após o estudo, seleção, classificação e redistribuição de tarefas, microfilmagens, extração e classificação de cópias de documentos, para que sejam acessíveis a estudiosos de vários países e diversos setores das Ciências Humanas.

Mas houve também resultados a curto prazo — a apresentação da beleza do Vale do Paraíba, da Serra da Mantiqueira e de Paratí, a reprodução a bico de pena, feita pelo pintor Tom Maia de velhas fazendas de café, e a hospitalidade e entusiasmo da Comissão Organizadora do Simpósio, coordenado por José Luiz Pasin, marcaram todos aqueles que participaram ocasional ou sistematicamente neste trabalho de preservação da memória nacional.